

EDUCAÇÃO

ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Currículo, políticas e práticas



Américo Junior Nunes da Silva

(Organizador)

EDUCAÇÃO

ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Currículo, políticas e práticas



Américo Junior Nunes da Silva

(Organizador)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Educação enquanto fenômeno social: currículo, políticas e práticas

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação enquanto fenômeno social: currículo, políticas e práticas / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0485-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.859221309>

1. Educação. 2. Ciências humanas. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Neste livro, intitulado de **“Educação enquanto Fenômeno Social: Currículo, Políticas e Práticas”**, reúnem-se estudos dos mais diversos campos do conhecimento, que se complementam e articulam, constituindo-se enquanto discussões que buscam respostas e ampliado olhar acerca dos diversos problemas que circundam o processo educacional na contemporaneidade, ainda em um cenário de pós-pandemia.

O período pandêmico, como destacou Cara (2020), escancarou e asseverou desigualdades. Nesse movimento de retomada das atividades presencialmente, o papel de “agente social” desempenhado ao longo do tempo pela Educação passa a ser primordial para o entendimento e enfrentamentos dessa nova realidade. Não se pode resumir a função da Educação apenas a transmissão dos “conhecimentos estruturados e acumulados no tempo”. Para além de formar os sujeitos para “ler e escrever, interpretar, contar e ter noção de grandeza” é papel da escola, enquanto instituição, atentar-se as inquietudes e desafios postos a sociedade, mediante as incontáveis mudanças sociais e culturais (GATTI, 2016, p. 37).

Destarte, os artigos que compõem essa obra são oriundos das vivências dos autores(as), estudantes, professores(as), pesquisadores(as), especialistas, mestres(as) e/ou doutores(as), e que ao longo de suas práticas pedagógicas, num olhar atento para as problemáticas observadas no contexto educacional, buscam apontar caminhos, possibilidades e/ou soluções para esses entraves.

Partindo do aqui exposto, desejamos a todos e a todas uma boa, provocativa e formativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

REFERÊNCIAS

CARA, Daniel. **Palestra online promovida pela Universidade Federal da Bahia, na mesa de abertura intitulada “Educação: desafios do nosso tempo” do evento Congresso Virtual UFBA 2020**. Disponível em: link: <https://www.youtube.com/watch?v=6w0vELx0EvE>. Acesso em abril 2022.

GATTI, B. A. Questões: professores, escolas e contemporaneidade. In: Marli André (org.). **Práticas Inovadoras na Formação de Professores**. 1ed. Campinas, SP: Papirus, 2016, p. 35-48.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DISCIPLINA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA DAS MELHORES UNIVERSIDADES DO BRASIL	
Paulo Sérgio de Almeida Corrêa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8592213091	
CAPÍTULO 2	26
(RE)CONHECIMENTO DE LEITURAS VIVENCIADAS POR GRADUANDAS DO CURSO DE PEDAGOGIA	
Maria Betanea Platzer	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8592213092	
CAPÍTULO 3	31
A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA	
Cristina Fátima Pires Ávila Santana	
Elis Regina dos Santos Viegas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8592213093	
CAPÍTULO 4	44
A COLONIALIDADE DO SABER NO ENSINO DE FILOSOFIA: A NECESSIDADE DE MUDANÇAS NO CURRÍCULO DE FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	
José Eduardo Martins	
Rosa de Lourdes Aguilar Verástegui	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8592213094	
CAPÍTULO 5	56
A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE DOURADOS-MS	
Izabel Ferreira Santana	
Elis Regina dos Santos Viegas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8592213095	
CAPÍTULO 6	68
A LEITURA DE GÊNEROS DISCURSIVOS – PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA CONSCIENTIZAÇÃO DO CONTEXTO SOCIOCULTURAL DO EDUCANDO	
Marilza Borges Arantes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8592213096	
CAPÍTULO 7	75
A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM E DA PROMOÇÃO DA SAÚDE NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
Clayde Aparecida Belo da Silva	
Sirlene de Oliveira Mario Inacio	
Soila Maria Francisco Belo Ramos	

Sara Neves Ribeiro
Conceição Aparecida Francisco Belo Dias
Fernanda Luciano Fernandes
Keila Cristina Belo da Silva Oliveira
Maria Gabriela do Carmo Sobrosa
André Silveira do Amaral
Brunela Lima Borges
Henrique Freire Simmer
Rianne Freciano de Souza Francisco

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8592213097>

CAPÍTULO 8..... 86

A HETEROBIOGRAFIA COMO CAMINHO PARA A (AUTO) FORMAÇÃO: AS HISTÓRIAS DE VIDA E A REFLEXIVIDADE BIOGRÁFICA

Élica Luiza Paiva
Nínive Alves Lacerda

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8592213098>

CAPÍTULO 9..... 96

A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES NA APLICAÇÃO DOS MÉTODOS CENTRADOS NOS ESTUDANTES NUMA INSTITUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM QUELIMANE

Rude José Lopes Matinada
Aderito Barbosa
Gaspar Lourenço Tocoloa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8592213099>

CAPÍTULO 10..... 109

A TECNOLOGIA COMPUTACIONAL A SERVIÇO DO ENSINO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO REMOTO

Beatriz Goudard
Cléia Demétrio Pereira
Alfredo Balduino Santos
Tiago Luiz Schmitz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130910>

CAPÍTULO 11..... 124

ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DO GOOGLE CLASSROOM NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NO PERÍODO PANDÊMICO

Roseli de Barros Andreilino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130911>

CAPÍTULO 12..... 138

ALGUMAS RELEXÕES ACERCA DO PROFESSOR QUE ENSINA MATEMÁTICA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Jonatan Miotto
Gladys Denise Wielewski

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130912>

CAPÍTULO 13	144
AS CONTRIBUIÇÕES DA ARTE DE DESENHAR NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS	
Isabelle Cerqueira Sousa	
Cintia da Silva Soares	
Tatiânia Lima da Costa	
Raimunda Cid Timbó	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130913	
CAPÍTULO 14	154
AS CONTRIBUIÇÕES DOS FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA PARA O PROCESSO DE APRENDIZAGEM	
Fabiana Mazzaro Martins Lerosa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130914	
CAPÍTULO 15	164
AS POSSIBILIDADES E OS DESAFIOS DO ENSINO HÍBRIDO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA PÚBLICA	
Maria Lucia Morrone	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130915	
CAPÍTULO 16	175
CAPACITAÇÃO PARA BIBLIOTECÁRIOS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	
Wanderlice da Silva Assis	
Jaziel Vasconcelos Dorneles	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130916	
CAPÍTULO 17	187
CLUBE DE BIOMIMÉTICA NA ESCOLA: CONSTRUINDO E DIVULGANDO SOLUÇÕES PARA PROBLEMAS COTIDIANOS	
Alexandre de Oliveira Rizzo	
Waldiney Mello	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130917	
CAPÍTULO 18	198
CONCEPÇÕES DE <i>FEEDBACK</i> E SUA IMPORTÂNCIA COMO UMA METODOLOGIA POSITIVA DE APRENDIZAGEM	
Janaína Borges de Azevedo França	
Maria Luiza Batista Bretas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130918	
CAPÍTULO 19	210
DIMENSÕES SOCIAIS E POLÍTICAS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PELO MERCADO DO TRABALHO – UM ESTUDO DO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO PARANÁ	
Taciana Cordazzo	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130919>

CAPÍTULO 20.....223

DIAGNÓSTICO DAS INTERAÇÕES DIGITAIS E AS POSSIBILIDADES DAS TDICS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: UM ESTUDO DE CASO DOS DISCENTES DO 3º ANO DO CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO – IFPB CAMPUS AVANÇADO CABEDELO CENTRO

George de Paiva Farias

Renata Gomes Cavalcanti

Alexsandra Cristina Chaves

Jailson Oliveira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85922130920>

SOBRE O ORGANIZADOR.....239

ÍNDICE REMISSIVO.....240

CAPÍTULO 7

A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM E DA PROMOÇÃO DA SAÚDE NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Data de aceite: 01/09/2022

Clayde Aparecida Belo da Silva

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Vitória – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/7463702076549158>

Sirlene de Oliveira Mario Inacio

Centro Universitário Vale do Cricaré (UVC)
São Mateus – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/2497387001175873>

Soila Maria Francisco Belo Ramos

Centro Universitário São Camilo
Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/6300235301398757>

Sara Neves Ribeiro

Centro Universitário Vale do Cricaré (UVC)
São Mateus – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/7020726461082678>

Conceição Aparecida Francisco Belo Dias

Centro Universitário São Camilo
Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo
<https://orcid.org/0000-0003-2422-0756>

Fernanda Luciano Fernandes

Centro Universitário Vale do Cricaré (UVC)
São Mateus – Espírito Santo
<https://orcid.org/0000-0002-9296-7360>

Keila Cristina Belo da Silva Oliveira

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Vitória – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/4749024631637862>

Maria Gabriela do Carmo Sobrosa

Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)
Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/4124367303388585>

André Silveira do Amaral

Centro Universitário São Camilo
Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/0783725983073969>

Brunela Lima Borges

Centro Universitário Vale do Cricaré (UVC)
São Mateus – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/4575092399252891>

Henrique Freire Simmer

Centro Universitário Vale do Cricaré (UVC)
São Mateus – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/1837352701773381>

Rianne Freciano de Souza Francisco

Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
São Mateus – Espírito Santo
<https://orcid.org/0000-0002-9750-3717>

RESUMO: Trata-se de um artigo que busca abordar a importância da promoção da saúde na educação básica brasileira através de uma revisão de literatura. A educação básica brasileira é formada por três grandes etapas que compreendem: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Pode-se ver pela história que a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 declarou claramente o direito à educação e reiterou esse direito em várias ocasiões. No entanto, existem inúmeros instrumentos internacionais que tornam impotente a qualidade da aprendizagem. A relação entre educação, saúde e sua prática depende de dimensões estruturais complexas e requer análise histórica para melhor compreensão. Historicamente, a herança do

modelo educacional aplicado ao campo da saúde coletiva não implica na ordem de evolução, pelo contrário, é uma descrição da prática dominante para os agravos à saúde enfatizada pela intervenção em determinados períodos, e visa manter a classe dominante. A educação vista na modernidade representa os modelos educacionais adotados por inúmeros países e instituições; no Brasil, a realidade das escolas não é exceção. No Brasil, desde a Primeira República, em 1889, as ações educativas em saúde para escolares têm emergido no discurso oficial, com foco no que são consideradas práticas e hábitos de ensino considerados saudáveis. Atualmente, as questões de saúde escolar estão sendo levadas a sério por diversas organizações internacionais, com destaque para a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a UNESCO, o que confirma sua relevância em escala global. Conclui-se, portanto que muitas das ações necessárias à integração do PS envolvem instâncias externas ao setor saúde. A intersectorialidade é, portanto, essencial para a atuação sobre os aspectos socioestruturais da intervenção no processo saúde-doença-cuidado.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Saúde. Saúde e Educação. Educação em Saúde. Promoção da Saúde.

THE IMPORTANCE OF APPROACH AND HEALTH PROMOTION IN BRAZILIAN BASIC EDUCATION: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW

ABSTRACT: This is an article that seeks to address the importance of health promotion in Brazilian basic education through a literature review. Basic education in Brazil is made up of three major stages comprising: early childhood education, elementary education and high school education. It can be seen from history that the Universal Declaration of Human Rights of 1948 clearly stated the right to education and reiterated this right on several occasions. However, there are numerous international instruments that make the quality of learning impotent. The relationship between education, health and its practice depends on complex structural dimensions and requires historical analysis for a better understanding. Historically, the legacy of the educational model applied to the field of public health does not imply the order of evolution, on the contrary, it is a description of the dominant practice for health problems emphasized by the intervention in certain periods, and aims to maintain the dominant class. The education seen in modernity represents the educational models adopted by countless countries and institutions; in Brazil, the reality of schools is no exception. In Brazil, since the First Republic, in 1889, educational health actions for schoolchildren have emerged in the official discourse, focusing on what are considered healthy teaching practices and habits. Currently, school health issues are being taken seriously by several international organizations, especially the World Health Organization (WHO) and UNESCO, which confirms its relevance on a global scale. It is concluded, therefore, that many of the actions necessary for the integration of the PS involve instances outside the health sector. Intersectoriality is, therefore, essential for acting on the socio-structural aspects of intervention in the health-disease-care process.

KEYWORDS: Education. Health. Health and Education. Health education. Health promotion.

1 | INTRODUÇÃO

A educação básica brasileira é formada por três grandes etapas que compreendem: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. O Brasil é um País que constitucionalmente garante o direito a educação como direito intransferível e indisponível, ou seja, deve ser uma garantia disponibilizada a todos, sem distinção de classe social, gênero, cor ou qualquer diferença humana (RAMOS et al., 2020).

Pode-se ver pela história que a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 declarou claramente o direito à educação e reiterou esse direito em várias ocasiões. No entanto, existem inúmeros instrumentos internacionais que tornam impotente a qualidade da aprendizagem. O mais recente é a Declaração do Milênio das Nações Unidas, adotada em 2000, que estipula que até 2015 todas as crianças devem concluir todo o ensino primário, mas não menciona especificamente a qualidade da educação (CABRAL; DI GIORGI, 2012).

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Outro Direito fundamental garantido pela legislação brasileira é o direito à saúde. A partir de 1988, o direito à saúde passou a ser protegido pela Constituição do Brasil, sendo considerado, além da universalidade do acesso, a equidade e a integralidade. Apesar de declarada detentora de direitos constitucionais, a população brasileira ainda enfrenta diversos desafios para obter saúde garantida pelo Estado no âmbito de seu conteúdo (BRITO-SILVA; BEZERRA; TANAKA, 2012).

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado (BRASIL, 1988).

As políticas e planos de saúde pública e educação são essenciais para educar os cidadãos e melhorar a qualidade de vida e saúde das pessoas. Melhor educação está relacionada a pessoas mais saudáveis, da mesma forma que pessoas saudáveis têm mais probabilidade de aprender com a educação formal e informal. Além de proporcionar conhecimentos sobre saúde, as escolas também são organizadas por disciplinas, devendo também educar e desenvolver valores e atitudes críticas relacionadas com as realidades sociais e estilos de vida no processo de aquisição de competências que apoiem a aprendizagem ao longo da vida. Isso irá promover a autonomia e o Empoderamento na

promoção da saúde (LOPES; NOGUEIRA; ROCHA, 2018).

A relação entre educação, saúde e sua prática depende de dimensões estruturais complexas e requer análise histórica para melhor compreensão. Historicamente, a herança do modelo educacional aplicado ao campo da saúde coletiva não implica na ordem de evolução, pelo contrário, é uma descrição da prática dominante para os agravos à saúde enfatizada pela intervenção em determinados períodos, e visa manter a classe dominante. Portanto, parece que as atividades de desenvolvimento foram e ainda são pautadas pelos conceitos de saúde e educação em saúde vigentes em cada período histórico e pelos modelos assistenciais implantados pela indústria de serviços para a manutenção da saúde da classe trabalhadora a fim de sustentar o modelo capitalista (SILVA et al., 2010).

A compreensão do conceito de promoção da saúde proposto pela Carta de Ottawa tem como premissa a necessidade de integração com as políticas públicas, o compromisso com a criação de um ambiente propício para a saúde; o desenvolvimento de habilidades pessoais; o fortalecimento da ação comunitária e o reposicionamento dos serviços de saúde (SILVA et al., 2018).

Promover a saúde significa levar em conta os determinantes sociais e ampliar o conceito de saúde que deve envolver diferentes setores e domínios para atender a princípios holísticos e intersetoriais. O risco de não dar atenção a isso é a despolitização do debate e a manutenção de práticas conservadoras que ignoram o contexto social.

Para Silva e colaboradores (2018), também é importante ressaltar que existe uma estreita e importante relação entre saúde e educação. Este é considerado um dos principais determinantes da saúde, pois as perspectivas de diálogo e reflexão crítica da educação são consideradas fundamentais para empoderar os sujeitos, promover seu desenvolvimento pessoal e social e, assim, servir como ferramenta de transformação social.

Posto o lastro inicial, elenca-se como objetivo deste artigo apresentar a importância da abordagem e da promoção da saúde na educação básica brasileira, e como ela colabora para o crescimento das noções básicas de saúde. Trata-se de uma revisão bibliográfica, que utilizará as principais pesquisas da área como base para formação do artigo.

2 | UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Conforme descrito por Cury et al. (2002), a educação básica no Brasil tomou um caminho bastante complicado após a Constituição Federal de 1988. Em março de 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien, na Tailândia, que resultou na Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Em 1994, a Declaração de Salamanca foi endossada no Brasil. A ocorrência desses eventos contribuiu para uma resposta interessante no Brasil, uma vez que os interesses do país na época estavam ligados à educação básica.

A Constituição Federal de 1988, consagrando a educação como direito de todos

e dever do Estado, é um dos grandes desafios do século XXI, pois sua efetivação não acontece no Brasil de forma igualitária. Embora reconhecido no ordenamento jurídico, esse direito deve ser garantido a todos os cidadãos, independentemente de sua classe social. Isso porque a promulgação da Constituição possibilita a organização do sistema educacional brasileiro, a adoção de leis e políticas e a distribuição de responsabilidades entre os níveis de governo federal, estadual e municipal (OLIVEIRA; PASCHOAL, 2021).

O direito à educação refere-se à relação dialética na conexão com os outros. O presente direito é, portanto, o resultado de muitos processos de transformação social e subjetiva direcionados ao modo de vida e interação dentro de uma determinada sociedade, visando interesses coletivos e à justiça relacional (MOURA; VASQUES, 2018).

A educação vista na modernidade representa os modelos educacionais adotados por inúmeros países e instituições; no Brasil, a realidade das escolas não é exceção. Principalmente após a Revolução Industrial no século XX, o país introduziu um modelo de ensino técnico (FRIGOTTO, 1995), que passou a preparar mão de obra barata para o mercado de trabalho. Nesse período, a escola era vista como um espaço em que os sujeitos passavam a maior parte do tempo aprendendo sobre o comportamento e eram direcionados para a fábrica (MOURA; VASQUES, 2018).

Atualmente, os resultados educacionais são monitorados por meio de indicadores de acesso, persistência e aprendizado. O Censo e as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) geram dados para o monitoramento das oportunidades educacionais (RIANI; GOLGHER, 2004). Sabemos que, por meio da PNAD Contínua 2018, as taxas de matrícula para as faixas etárias previstas em lei são quase universais, pois 98,1% das crianças de 6 a 14 anos, 93,8% das crianças de 4 a 5 anos e 92,9% jovens de 15 a 17 anos frequentam a escola (INEP, 2020).

Mas a proporção de jovens de 16 anos com ensino fundamental completo continua baixa - apenas 75,8%, segundo a mesma pesquisa - ficando atrás em quase um quarto. É importante destacar que a conclusão do ensino fundamental aos 16 anos é uma idade superior à idade teórica ideal para essa etapa. Isso é evidência de problemas com trajetórias educacionais (INEP, 2020).

O Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira (INEP) zela pela persistência e aprendizado. O censo escolar coleta informações anuais sobre admissões e requisitos de ingresso, que são utilizadas para calcular as notas e taxas de transição escolar (RIGOTTI; CERQUEIRA, 2004).

A educação básica é obrigatória a partir dos 4 anos de idade, de acordo com as Diretrizes Educacionais e a Lei Básica. Nas instituições privadas, a educação é permitida pelo Estado desde que respeitadas as condições estabelecidas pela legislação.

Composto por três segmentos - educação infantil, ensino fundamental e ensino médio - o sistema de ensino fundamental é administrado pela Base Nacional Comum

Curricular (BNCC). Este documento visa auxiliar escolas e educadores na obtenção dos conhecimentos necessários para o desenvolvimento de crianças e jovens. Além disso, a BNCC propõe estratégias e conceitos a serem implementados em todas as etapas da educação.

A educação infantil é ministrada principalmente em creches e jardins de infância para crianças até 5 anos de idade. Nesta fase, os aspectos físicos, psicológicos, intelectuais, culturais e sociais se aprofundam no primeiro contato com a escola. Por isso, é uma fase fundamental no desenvolvimento global dos alunos.

O ensino fundamental envolve dois ciclos com uma duração total de 9 anos. Nesta fase da educação básica, os alunos são preparados para obter pleno desenvolvimento em leitura, escrita e numerais. Da mesma forma, os alunos são treinados para compreender o ambiente social e desenvolver o pensamento crítico. Os primeiros anos são o início do processo de alfabetização. Começa no 1º ano e termina no 5º ano. O conteúdo da apresentação trata de conceitos educacionais que permeiam a educação básica. As crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos são organizadas em turmas do primário e da primeira infância.

Já os anos finais contemplam jovens de 11 a 14 anos, do 6º ao 9º ano, a escola agrega ao repertório de conteúdos e conhecimentos. Durante esta fase, os alunos trabalham em questões de independência e responsabilidade. Da mesma forma, a instituição passou a desafiar os alunos com aprendizados mais complexos.

O ensino Médio conclui o ciclo do ensino básico, com a duração de 3 anos, com enfoque nos alunos dos 15 aos 17 anos. Geralmente, esse é o período associado à preparação dos jovens para ingressar na universidade por meio do ENEM ou de outros vestibulares. Por isso, consolidar conhecimentos previamente adquiridos é fundamental para preparar os alunos para o ensino superior e para o mercado de trabalho. Além disso, essa etapa envolve processos de autonomia intelectual, pensamento crítico e autoconsciência.

3 | A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM E DA PROMOÇÃO DA SAÚDE NA EDUCAÇÃO

Quando as questões giram em torno das condições de vida, a saúde e a educação são constantemente mencionadas. A interação entre eles, não importa onde ocorra - escola ou assistência à saúde - é um importante caminho para alcançar a qualidade de vida. Diante das demandas das escolas, a estruturação das práticas pedagógicas associadas a essa interação é um desafio formidável (CARVALHO, 2015).

Para a saúde, este método é bem-vindo. Essas práticas de ensino podem ser utilizadas como estratégia para evitar que esses problemas sejam “medicalizados”, ou seja, dependentes da prestação de serviços e bens médicos (BARROS, 2002) ou de uma

perspectiva normativa e higiênica.

É preciso discutir o conceito de apoio à ação em saúde como prática de ensino e deixar claro para todos os envolvidos. Para Saviani (2005), os conceitos pedagógicos são diferentes formas de compreender, teorizar e praticar a educação, representando modos de operar e realizar atos educativos. Do ponto de vista pedagógico, diferentes ideias podem ser divididas em duas grandes tendências: a pedagogia tradicional e as ideias anti-hegemônicas (SAVIANI, 2005). Vale destacar que algumas correntes de pensamento e prática docente estão mais próximas de uma ou de outra.

Como primeiro exemplo, temos tendências tecnocráticas baseadas no produtivismo; como segundo exemplo, temos a pedagogia histórico-crítica, em que a prática social é o início e o fim da prática educativa. Em geral, as tendências tradicionais podem se manifestar como a passividade do aprendiz, que não é considerado o sujeito do processo de ensino e aprendizagem: ele só recebe informações de forma desvinculada da realidade. Por outro lado, o conceito de contra hegemonia busca a aprendizagem significativa por meio da contextualização das informações a partir da realidade que o aprendiz vivencia para que ele a compreenda para superá-la. Os alunos são os sujeitos e participantes no processo de aprendizagem (CARVALHO, 2015).

No Brasil, desde a Primeira República, em 1889, as ações educativas em saúde para escolares têm emergido no discurso oficial, com foco no que são consideradas práticas e hábitos de ensino considerados saudáveis. Na concepção higienista-eugênica do início do século XX, a educação em saúde visava promover uma “corrida” saudável e produtiva, baseada na observação, fiscalização, controle e disciplina da infância. A prática docente é centrada no comportamento individualista e foca na mudança de comportamentos e atitudes, muitas vezes sem levar em conta as diversas condições de vida em que as crianças vivem (VALADÃO, 2004; GONÇALVES et al., 2008).

Políticas e programas voltados à assistência e ao enfrentamento dos problemas de saúde escolar ganharam espaço com a busca pela universalização do acesso ao sistema de ensino (VALADÃO, 2004), revelando o potencial de atuação da Promoção da Saúde (PS) nas escolas. Valadão (2004) observa que, ao longo do século XX, novos componentes tecnológicos e científicos foram acrescentados aos conceitos acima, e sua legitimidade passou gradualmente de um eixo moral para uma aparente despolitização apoiada pela ciência. No entanto, a modelagem comportamental continua sendo um objetivo central e, ao longo do século XX, a saúde escolar no Brasil passou por avanços consistentes com os desenvolvimentos científicos tecnológicos, deslocando os discursos tradicionais da lógica biomédica para a PS nas escolas (FIGUEIREDO; MACHADO; ABREU, 2010).

Embora as escolas não se responsabilizem pela prática da saúde em seu ambiente, não se pode negar seu papel nas questões relacionadas à saúde, pois é uma opção facilitadora para lidar com questões que preocupam particularmente os alunos, inclusive em seus ambientes familiares e comunitários (TAVARES; ROCHA, 2006; FERNANDES;

ROCHA; SOUZA, 2005).

Silva (1997) argumenta que as escolas podem fornecer elementos importantes que permitem aos cidadãos levar uma vida saudável. Tavares e Rocha (2006) levantaram a necessidade de um espaço nas escolas para desencadear o debate para melhor compreender a relação entre a saúde e seus determinantes mais gerais para proporcionar um processo de aprendizagem perpétuo para os envolvidos. Os autores defendem que as relações espaciais com outros cenários, como a casa, a comunidade e os serviços de saúde, devem identificar as condições sociais e os diferentes modos de vida por meio do comportamento simples e da participação de todos.

Atualmente, as questões de saúde escolar estão sendo levadas a sério por diversas organizações internacionais, com destaque para a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a UNESCO, o que confirma sua relevância em escala global. No Brasil, o PSE foi instituído em 2007 como parte de uma política governamental focada na intersetorialidade, alinhada aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS): Integridade, Equidade, Universalidade, Descentralização e Participação Social. O PSE recomenda o novo desenho da política de educação em saúde como parte de uma formação cívica mais ampla e promove a expressão do conhecimento e a participação de alunos, pais, comunidades escolares e sociedade em geral na abordagem holística das questões de saúde e educação (CARVALHO, 2015).

A PS é um movimento que começou no Canadá na década de 1980 e desde então alcançou o mundo. Originalmente definido como um processo de empoderamento da comunidade para tomar medidas para melhorar sua qualidade de vida e saúde, incluindo maior participação no controle desse processo (BRASIL, 2002), agora pode ser entendido como um conjunto de estratégias e a abordagem gera saúde nos níveis individual e coletivo, caracterizado pela expressão e cooperação interna e intersetorial buscando expressar suas ações com outras redes de proteção social, com ampla participação e controle social (BRASIL, 2014).

A PS amplia a compreensão de que a saúde é mais do que a ausência de doença, conceito desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde em meados da década de 1950, e avança a compreensão da saúde como um estado positivo, referindo-se a uma complexa teia de interdependência e interdependência. É impossível estabelecer uma relação causal linear (FRAGA et al., 2013). Assim, a saúde deve ser vista como um recurso da vida, não como uma meta de vida, que é um conceito positivo que enfatiza os recursos sociais e pessoais e as capacidades físicas (BRASIL, 2002).

A saúde é então compreendida através deste conceito ampliado brevemente descrito acima. Estão a ser feitos progressos nos determinantes e condições políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais. Enquanto visões rígidas sobre a exclusividade dos riscos individuais, a ênfase na biologia e a superintegração das tecnologias biomédicas são muito comuns, a busca por respostas para a construção social, individual e coletiva e a produção

de saúde também está se expandindo.

A educação Popular em Saúde (EPS) representa a última possibilidade, pautada na construção de alternativas para compreender e responder ao processo saúde-doença-cuidado e alcançar melhores condições de vida. Buscar a intersecção entre os saberes técnicos dos profissionais da saúde, dos profissionais da educação e os saberes baseados na experiência vivida do sujeito para superar a condição de divulgar apenas informação científica sem investigar e debater sua verdade (FERREIRA, 2015).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os setores de educação, saúde e assistência social estão constantemente envolvidos em ações por meio de ferramentas intersetoriais. No entanto, muitas dessas iniciativas são informais, não envolvem trabalho de planejamento prévio e são determinadas por apenas um departamento. Conforme definido na literatura, ressalta-se a importância da articulação de diferentes setores no planejamento, execução e avaliação das ações que impactam positivamente nas condições de vida.

No entanto, a complexidade é reconhecida. A processualidade e a complexidade são caracterizadas por dificuldades em coordenar o tempo institucional entre os setores, a necessidade de compromisso e engajamento setorial, a falta de sustentabilidade da ação e a falta de acordo para orientar o desenvolvimento da ação entre os setores. Além disso, é preciso mudar a forma de atuação, o funcionamento político e a gestão das instituições e das pessoas que as compõem, bem como as importantes rupturas de conceitos e práticas que se desenvolvem dentro de cada setor e levam a altos níveis de conflito entre os diferentes campos e atores envolvidos.

Assim, percebe-se que muitas das ações necessárias à integração do PS envolvem instâncias externas ao setor saúde. A intersetorialidade é, portanto, essencial para a atuação sobre os aspectos socioestruturais da intervenção no processo saúde-doença-cuidado. Ressalta-se que cada ação intersetorial tende a ter personalidade própria e é construída de forma incremental e histórica, e dependerá dos atores sociais e instituições envolvidas desenvolver um arcabouço propício ao alcance dos objetivos almejados.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. A. C. Pensando o processo saúde doença: a que responde o modelo biomédico? **Saúde e Sociedade**, 2002; v. 11, n. 1, p. 1-11.

BRASIL, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____. **As Cartas da Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.446**, de 11 de novembro de 2014. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Disponível em <http://bvsvms.saude.gov>.

BRITO-SILVA, K.; BEZERRA, A. F. B.; TANAKA, O. Y. Direito à saúde e integralidade: uma discussão sobre os desafios e caminhos para sua efetivação. **Interface (Comunicação, Saúde e Educação)**, 2012; v.16, n.40, p.249-259.

CABRAL, K. M.; DI GIORGI, C. A. G. O direito à qualidade da Educação Básica no Brasil: uma análise da legislação pertinente e das definições pedagógicas necessárias para uma demanda judicial. **Revista Educação**, 2012; v.35, n.1, p.116-128.

CARVALHO, F. F. B. A saúde vai à escola: a promoção da saúde em práticas pedagógicas. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, 2015; v. 25, n. 4, p. 1207-1227.

CURY, C. R. J. et al. A educação básica no Brasil. **Educação e Sociedade**, 2002; v.23, n. 80, p. 168-200.

FERNANDES, M. H.; ROCHA, V. M.; SOUZA, D. B. A concepção sobre saúde do escolar entre professores do ensino fundamental (1ª a 4ª séries). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2005; v. 12, n. 2, p. 283-291.

FIGUEIREDO, T. A. M.; MACHADO, V. L. T.; ABREU, M. M. S. A saúde na escola: um breve resgate histórico. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2010; v. 15, n. 2, p. 397-402.

FRAGA, A. B. et al. **Curso de extensão em promoção de saúde para gestores do SUS com enfoque no Programa Academia da Saúde**. Brasília: CEAD/UnB, 2013. 144 p.

FRIGOTTO, G. **A educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

GONÇALVES, F. D. et al. A promoção da saúde na educação infantil. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, 2008; v. 12, n. 24, p. 181-92.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020 [recurso eletrônico]**. Brasília: Inep, 2020.

MOURA, R. R.; VASQUES, R. F. Do direito à educação à gestão escolar: caminhos percorridos no scielo (2007-2017). **PERSPECTIVA**, 2018; v. 42, n. 160, p. 89-99.

OLIVEIRA, S. M. L.; PASCHOAL, J. D. A educação básica como direito no Brasil: uma análise nas determinações e paradoxos da legislação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, 2021; v. 36, n.3, p. 1176-1195.

RAMOS, L. S. et al. A saúde na escola como meio de prevenção da gravidez na adolescência: uma breve análise. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, 2020; v.1, n.45, p.1-7.

RIANI, J. L.R.; GOLGHER, A. B. Indicadores educacionais confeccionados a partir de bases de dados do IBGE. In: RIOS-NETO, E. L.; RIANI, J. L. R. (org.). **Introdução à demografia da educação**. Campinas: **Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Abep**, 2004. p. 89-127.

RIGOTTI, J. I. R.; CERQUEIRA, C. A. As bases de dados do Inep e os indicadores educacionais: conceitos e aplicações. In: RIOS-NETO, E. L.; RIANI, J. L. R. (org.). Introdução à demografia da educação. **Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Abep**, 2004. p. 73-87.

SAVIANI, D. **As Concepções Pedagógicas na história da Educação Brasileira**. Texto elaborado no âmbito do projeto de pesquisa “O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil.” Campinas, 2005.

SILVA, C. M. C. et al. Educação em saúde: uma reflexão histórica de suas práticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2010; v.15, n.5, p.2539-2550.

SILVA, J. P. S. et. al. Promoção da saúde na educação básica: percepções dos alunos de licenciatura em enfermagem. **Rev Gaúcha Enferm.**, 2018; v. 39, n. 1, p. 1-9.

TAVARES, M. F. L.; ROCHA, R. M. Promoção da Saúde e a Prática de Atividade Física em Escolas de Manguinhos – Rio de Janeiro. BRASIL. Ministério da Saúde. **Escolas promotoras de saúde: experiências do Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde, 2006. 272p. (Série Promoção da Saúde, n. 6).

VALADÃO, M. M. **Saúde na Escola: um campo em busca de espaço na agenda intersetorial**. 2004. 154 f. Tese (Doutorado em Serviços de Saúde) – Departamento de Prática de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2004.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizagem 14, 19, 20, 22, 26, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 75, 77, 81, 82, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 113, 114, 117, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 139, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 156, 158, 159, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 179, 188, 190, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 206, 207, 208, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 233, 234, 235, 236, 237, 238

Arte 95, 98, 127, 144, 145, 148, 152, 153, 159, 163

Atuação profissional 26, 30, 139, 141

(Auto)formação 86, 88, 89, 91, 92, 94, 95

Avaliação 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 62, 63, 64, 83, 98, 102, 103, 104, 106, 109, 111, 116, 118, 135, 137, 138, 143, 169, 171, 172, 183, 200, 203, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 218, 219, 220, 221

B

Bibliotecários 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185

Bibliotecas 30, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185

Biomimetismo 187

C

Capacitação 71, 114, 133, 135, 175, 176, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 224

Colonialidade do saber 44, 48, 49, 50, 51

Concepções 12, 13, 16, 17, 19, 20, 22, 34, 35, 50, 55, 56, 57, 64, 71, 85, 113, 138, 142, 143, 144, 198, 217

Construtivismo 107, 187, 189

Currículo 1, 2, 9, 11, 15, 24, 25, 34, 42, 43, 44, 46, 50, 51, 52, 54, 63, 64, 66, 67, 87, 96, 97, 102, 105, 106, 107, 108, 139, 169, 171, 187, 189

Curso de Pedagogia 1, 4, 17, 18, 20, 24, 25, 26, 140

D

Democracia 14, 18, 19, 22, 163, 210, 215, 217

Desenho 82, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 42, 43, 44, 45, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 95, 97, 99, 105, 106,

107, 108, 110, 111, 112, 114, 121, 122, 123, 125, 126, 129, 130, 131, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 172, 173, 174, 178, 179, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 198, 199, 204, 205, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 227, 231, 233, 236, 237, 238, 239

Educação de jovens e adultos 26, 56, 57, 58, 65, 66, 67

Educação inclusiva 59, 164, 165, 172

Educação infantil 9, 14, 26, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 42, 43, 75, 77, 79, 80, 84, 111, 150

Educação superior 3, 4, 23, 44, 105, 178, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 218, 219, 220, 221, 222

Emancipação 44, 49, 58, 129, 217, 220, 221

Ensino 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 44, 46, 50, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 71, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 84, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 154, 156, 158, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 177, 178, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 195, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 211, 212, 213, 214, 215, 218, 221, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239

Ensino-aprendizagem 31, 32, 34, 37, 64, 96, 99, 124, 127, 133, 134, 136, 139, 141, 143, 188, 223, 224, 233, 236, 238

Ensino de Biologia 187, 190

Ensino de Filosofia 44, 50

Ensino híbrido 115, 136, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 191

Ensino remoto 115, 116, 117, 119, 120, 123, 124, 125, 129, 134, 167, 191, 204, 207

Ensino superior 2, 6, 7, 8, 9, 11, 18, 22, 26, 27, 28, 30, 50, 80, 96, 98, 99, 104, 105, 106, 121, 165, 178, 211, 212, 213, 214, 218, 239

Escolas Municipais 56, 57

Escrita 26, 30, 41, 63, 70, 71, 72, 73, 80, 89, 90, 144, 150, 151, 152, 159, 202, 207

Estágio curricular supervisionado 109, 110, 111, 112, 113, 116, 121, 122, 123

Estudante 27, 37, 45, 71, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 110, 111, 119, 126, 127, 128, 129, 132, 134, 135, 166, 168, 169, 171, 199, 203, 227, 228, 231, 234, 235

Eurocentrismo 44, 46, 49, 50, 53, 54

Experiência 12, 15, 36, 51, 62, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 108, 109, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 129, 130, 132, 133, 135, 137, 147, 148, 150, 156, 160, 161, 170, 196, 207, 217, 220, 232, 238

F

Feedback 99, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209

Formação docente 16, 26, 28, 29, 61, 123, 164

Formação profissional 2, 110, 210, 213, 221

G

Gêneros discursivos 68, 69, 70, 71, 72, 73

Google Classroom 114, 115, 118, 120, 124, 125, 126, 132, 136

H

Heterobiografia 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

História da educação 1, 2, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 59, 108, 139

Histórias de vida 86, 87, 88, 89, 90, 92, 94, 95

I

Intervenção docente 109, 111, 116, 117

L

Leitura 26, 27, 28, 29, 30, 58, 63, 68, 70, 73, 80, 101, 106, 111, 115, 144, 145, 148, 150, 152, 163, 183, 214, 216

M

Metodologias 26, 61, 64, 65, 96, 98, 99, 100, 119, 121, 124, 129, 139, 140, 142, 165, 172, 174, 185, 198, 224, 237, 238

Métodos 59, 63, 96, 99, 100, 104, 108, 121, 128, 129, 131, 134, 135, 188, 189, 191, 222, 233, 238

N

Narrativas 86, 87, 88, 89, 91, 92, 94, 95, 239

Natureza 32, 49, 68, 70, 71, 106, 121, 155, 158, 187, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 217

P

Participação 34, 57, 58, 62, 64, 82, 99, 101, 103, 104, 105, 110, 116, 132, 169, 170, 171, 180, 182, 183, 184, 185, 190, 196, 204, 206, 210, 211, 212, 213, 215, 218, 219, 220, 221, 222

Pedagogia histórico-crítica 81, 154, 155, 158, 159, 162, 163

Pergamum 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185

Planejamento 32, 33, 40, 42, 61, 62, 83, 108, 111, 113, 114, 117, 120, 125, 135, 138, 139,

140, 141, 142, 143, 156, 168, 170, 198, 222, 223, 229, 230, 235, 237

Prática pedagógica 36, 41, 61, 64, 68, 70, 71, 117, 118, 127, 138, 139, 141, 142

Práticas de leitura 26, 27, 28, 30

Professor 1, 12, 15, 24, 30, 32, 33, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 63, 68, 73, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 112, 113, 117, 119, 123, 126, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 149, 151, 152, 160, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 188, 189, 191, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239

Projeto Político-Pedagógico 56, 61

Psicologia histórico-cultural 154, 155, 158, 159, 162, 163

S

Saúde 10, 11, 41, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 125, 130, 137, 178, 182, 204, 205, 207, 208

Sociais 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 22, 28, 29, 33, 38, 45, 46, 48, 49, 51, 52, 53, 61, 62, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 72, 77, 78, 80, 82, 83, 108, 125, 127, 133, 141, 157, 158, 159, 161, 164, 165, 172, 189, 193, 196, 210, 211, 214, 215, 219, 231

Sustentabilidade 83, 187

T

Tecnologia computacional 109, 113

U

Universidade 1, 4, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 44, 50, 51, 54, 56, 66, 67, 75, 80, 85, 86, 87, 92, 93, 95, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 123, 124, 136, 138, 163, 164, 174, 175, 176, 177, 179, 186, 187, 190, 207, 209, 210, 213, 214, 215, 220, 238, 239

EDUCAÇÃO

ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Currículo, políticas e práticas



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

EDUCAÇÃO

ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Currículo, políticas e práticas



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 